

DOCUMENTO

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte

Data 5/5/2000 Pg. 1-3

Class. 2

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Progresso imoral

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

20 de abril. Reúno-me em Nova Déli com ativistas do Movimento Narmada Bachao Andolan (Salvem os Narmada). Trata-se de uma vasta campanha, hoje transnacionalizada, que desde meados dos anos 80 vem lutando contra um gigantesco projeto hidrelétrico e de irrigação que envolve a construção de várias barragens no rio Narmada.

Esse megaprojeto, inicialmente financiado pelo Banco Mundial — que entretanto se retirou dada a controvérsia gerada —, vai destruir a agricultura tradicional do vale do Narmada, considerado um dos berços da civilização agrícola, e vai obrigar à deslocação de centenas de milhares de camponeses e de povos tribais. Esses últimos, também conhecidos por “adivasi” (povos originários), habitam esse vale desde tempos imemoriais, e muitos deles foram sendo expulsos para terras menos férteis e para as florestas, quando a Índia, muitos séculos antes do contato com os portugueses, foi ocupada pelos povos arianos vindos da Ásia Central.

Hoje os minérios, a biodiversidade, a madeira e os megaprojetos agroindustriais tornam esses territórios apetecíveis para a cobiça desenvolvimentista e, com ela, instala-se entre os povos indígenas o desassossego permanente da subsistência. Desesperados, alguns povos ameaçam suicidar-se coletivamente pela “jal samarpan” (oferta às águas). Na reunião falamos da luta dos índios brasileiros contra o canal entre os rios Araguaia e Tocantins e da luta dos indígenas colombianos embera-katio contra a barragem do rio Sinu.

23 de abril. Recebo em Nova Déli notícias de Portugal e do Brasil sobre o fiasco das comemorações dos 500 anos e a brutal repressão policial dos índios e camponeses do MST em Porto Seguro.

27 de abril. No avião, entre Nova Déli e Lisboa, leio no “Financial Times” que a Mozal, megafábrica de alumínio em construção a sul de Maputo (Moçambique), está seriamente preocupada com o surto de malária entre os trabalhadores africanos: em fevereiro deste



ano tinham sido detectados 5.000 casos, dos quais 12 mortais, entre os 25 mil trabalhadores que durante um período ou outro trabalharam na empresa desde julho de 1998.

Para a Billiton, grupo britânico que lidera o investimento, o surto de malária pode afetar a rentabilidade e alterar a data da entrada em laboração. Segundo um porta-voz da empresa: “A malária faz-nos pensar na variedade de desafios inesperados — políticos, sociais e médicos — com que as empresas de recursos naturais se têm de confrontar à medida que intensificam sua ação no Terceiro Mundo”.

29 de abril. Abro o meu correio eletrônico para saber dos últimos desenvolvimentos numa luta que acompanho há anos: a luta dos indígenas U’wa da Colômbia contra a exploração

de petróleo nos seus territórios (“resguardados”) por parte da empresa norte-americana Occidental. Os indígenas continuam em greve de fome junto do bloco de prospecção e ameaçam com suicídio coletivo, o mesmo que seus ancestrais cometeram quando no século 17 os espanhóis procuraram aprofundar a colonização na Sierra Nevada de Santa Marta.

O que há de comum entre essas notícias? Primeiro, em todas elas está em

causa a sorte de povos que habitavam os territórios e fruíam riquezas que, sobretudo nos últimos cinco séculos, se tornaram objeto de cobiça externa.

Segundo, a cultura e o bem-estar desses povos foram desde então convertidos em objetos descartáveis postos ao serviço de interesses estranhos: rios sagrados transformaram-se em projetos agroindustriais; a saúde dos trabalhadores africanos, como a de seus ancestrais, os escravos na América, é apenas um custo adicional do investimento; o petróleo, que para os U’wa é o sangue da terra, cuja extração suga a energia da vida individual e coletiva, é convertido numa matéria-prima crucial para aliviar a recessão econômica e aprofundar os interesses comerciais norte-americanos na Colômbia.

Terceiro, quando, nos melhores momentos da história, esses povos receberam alguma compensação, foi uma migalha ínfima comparada com os benefícios que outros deles extorquiram.

Qual foi o progresso moral desse longo processo histórico? Penso que o monstruoso déficit moral de que todos somos cúmplices não tem ainda um pensamento à altura da indignação que deveria causar. É por isso que nem sequer a resistência pode ser comemorada. Há, primeiro, que criá-la.

A cultura e o bem-estar dos povos foram convertidos em objetos descartáveis

Boaventura de Sousa Santos, 59, sociólogo, é professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal).